



**Universidade de Brasília**

**FACULDADE UnB PLANALTINA**

**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS**

**ENSINO DE CIÊNCIAS, GÊNERO E SEXUALIDADE:  
AVANÇOS E DESAFIOS NA SALA DE AULA**

**AUTORA:** Sâmella Victória Marques Sampaio

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Juliana Eugênia Caixeta

2022

Planaltina/Distrito Federal



**Universidade de Brasília**

**FACULDADE UnB PLANALTINA**

**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS**

**ENSINO DE CIÊNCIAS, GÊNERO E SEXUALIDADE:  
AVANÇOS E DESAFIOS NA SALA DE AULA**

**AUTORA:** Sâmella Victória Marques Sampaio

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Juliana Eugênia Caixeta

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Licenciada do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais, da Faculdade UnB Planaltina, sob a orientação do Profa. Dra. Juliana Eugênia Caixeta.*

2022

Planaltina/Distrito Federal

## **DEDICATÓRIA**

*Dedicamos este trabalho a mim e a todos aqueles que estiveram comigo durante esse processo.*

## **ENSINO DE CIÊNCIAS, GÊNERO E SEXUALIDADE: AVANÇOS E DESAFIOS NA SALA DE AULA**

Sâmella Victória Marques Sampaio

### **RESUMO**

O trabalho apresentado busca embasamento científico para abordar temas que são recorrentes nas escolas brasileiras, são eles: gênero e sexualidade no ensino de ciência. Esses fenômenos podem ser classificados como de ordem social, biológica e psicológica (biopsicossocial). As concepções de sexualidade, gênero e até de ensino de ciências foram modificadas. Desse modo, a pesquisa qualitativa foi realizada com docentes da educação básica, em sua metodologia dividida em 5 analisadas de acordo com a análise de conteúdo de Bardin (2011) organizada em categorias: categoria 1 - concepção de sexualidade e gênero; categoria 2 - atuação docente; categoria 3- ensino de gênero; categoria 4 – dificuldades e categoria 5- consequências da ausência. Verificou-se que os(as) professores(as) têm um conhecimento prévio sobre gênero e sexualidade, mas falta a contextualização, pois a falta de informação, informações erradas e, até mesmo, a disseminação de discursos excludentes e, portanto, discriminatórios, têm prejudicado o ensino dos temas gênero e sexualidade na escola. Como um dos pilares para o desenvolvimento de um país é a educação, acreditamos que a educação em sexualidade deve fazer parte dos conteúdos abordados na escola.

Palavras-chave: gênero, sexualidade, ensino de ciências, desafios docente

## 1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) aborda o tema sexualidade, em sua esfera biológica e fisiológica, focando nos órgãos reprodutivos e seus cuidados básicos relacionados à saúde. Diferentemente dela, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) direcionam o processo de ensino dos temas gênero e sexualidade, de forma transversal e, portanto, multi/interdisciplinar, pautada em uma concepção biopsicossocial desses fenômenos.

A BNCC (BRASIL, 2017) suprimiu o termo gênero e direcionou o ensino da sexualidade para um processo educativo focado numa concepção biológica e higienista (UNESCO, 2018). Esse novo documento nos leva a entender que houve uma mudança de concepção sobre como a educação em sexualidade deve acontecer (PENA, 2019).

Seguindo as orientações da BNCC (BRASIL, 2017), o Currículo em Movimento, aqui do Distrito Federal (DF) (2018), aborda as duas temáticas, mas de uma forma mais biológica e fisiológica. Considerando a função da escola de gerar contextos de ensino que permitam a promoção da transformação social e da emancipação do/a discente com vistas a uma atuação crítica, autônoma e cidadã (FREIRE, 1987), essa pesquisa teve o objetivo geral de identificar os desafios de docentes que lecionam Ciências na mediação da aprendizagem referente aos conceitos sexualidade e gênero.

Senti-me convidada a fazer essa pesquisa por três grandes motivos: 1. porque entendo que a educação em sexualidade deve se fundamentar em concepções biopsicossociais da sexualidade e do gênero (UNESCO, 2018); 2. é direito de estudantes do ensino fundamental conhecerem sobre seus corpos, identidades de gênero, desejo e relações interpessoais para se tornarem cidadãos/ãs engajados/as em atuações saudáveis e conscientes e 3. um ato de resistência. Atualmente, vivemos em uma época em que as palavras gênero e sexualidade são usadas pejorativamente, em discursos de ódio, para disseminar desinformação e preconceito (BARBOSA, 2022). Nesse cenário, as narrativas em relação a esse tema ocasionaram um fenômeno em que professores/as enfrentam sozinhos/as desafios relacionados à criminalização dessas discussões (BAIÃO; FREITAS; MORAIS, 2020).

Por experiência própria, ao participar do projeto Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), aulas sobre gênero e sexualidade eram um grande desafio: como se deve abordar esses temas? O que dizer? Como dizer? O ponto que me inquietava era como o/a docente

pode debater, com seus alunos e alunas, essas questões, com uma visão científica, deixando de lado suas crenças e opiniões pessoais, discutindo, cada vez mais, com argumentos elaborados, críticos, reflexivos e fazer a relação do conteúdo da escola com suas vidas.

Por isso, nesta pesquisa, engajo-me em uma investigação social e historicamente situada em tempos de negação da ciência, da diversidade e do direito à diferença (SILVA, 2022). Faço esta investigação em tempos em que falar sobre o nosso corpo, sobre o que sentimos e o que somos é de extrema delicadeza, haja vista a tendência de a escola e a família se negarem a tratar a temática da sexualidade e do gênero de forma científica e engajada numa perspectiva biopsicossocial.

Nesse cenário, sinto que meu compromisso e de qualquer pesquisador/a, futuro/a docente, é investigar problemas socialmente colocados, para que possamos promover transformações sociais no chão da escola. Para isso, torna-se relevante conhecer os desafios que os/as docentes, sujeitos formados/as para a atuação educacional, enfrentam diariamente, em suas aulas, ao tratarem temas relacionados ao gênero e à sexualidade, qualificados como tabus pela sociedade brasileira (PENA, 2019).

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, traz, em seu texto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como norteadora para os currículos e propostas pedagógicas dos sistemas e redes de ensino de todo país, inclusive, do Distrito Federal. A BNCC é um documento de caráter normativo que estabelece competências, conhecimentos e habilidades que os/as estudantes devem desenvolver ao longo das etapas da educação básica (BRASIL, 2017).

O Ensino de Ciências, segundo este documento, busca desenvolver o letramento científico dos/as estudantes, pautado em competências específicas, tais como: compreender a Ciência e seus conceitos fundamentais, construir argumentos com base em dados, agir com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza. Além disso, tem como ponto importante, a abordagem de temas relevantes na sociedade brasileira, dentre eles, podemos citar a Reprodução e Sexualidade Humana, o qual busca considerar a sexualidade como sendo uma questão inerente à vida e à saúde (BRASIL, 2017).

Assim, o ensino da unidade temática Vida e Evolução, objetos de conhecimento Mecanismos

Reprodutivos e Sexualidade, os/as estudantes devem ser capazes de compreender o funcionamento de seu próprio corpo, ter noções de autocuidado e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde (BRASIL, 2017).

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (BNCC, 2017, p. 329).

A ênfase na saúde, no entanto, mascara negligências importantes quanto aos compromissos do Ensino de Ciências em relação à mediação da aprendizagem dos temas gênero e sexualidade. Primeiro, destacamos que o tema gênero foi suprimido enquanto objeto de conhecimento e, segundo, percebemos um enfoque reducionista do tema sexualidade, quando acessamos as habilidades, dos objetos de conhecimento Mecanismos Reprodutivos e Sexualidade:

(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2017, p. 349).

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e o Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014) são singelos quando se tratam dos conteúdos envolvendo os temas de gênero e sexualidade, abordando a sua parte fisiológica e biológica, voltadas para funções básicas dos órgãos reprodutores, sua saúde como higiene pessoal e IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Portanto, deixam uma lacuna relacionada aos fatores sociais que estão diretamente envolvidos na sexualidade e no gênero, causando uma descontextualização do conteúdo que o/a estudante aprende na escola, impactando a sua vida fora dela (SIQUEIRA; NETTO, 2018; PENA, 2019).

Em contraposição aos documentos citados anteriormente, no texto dos Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), é possível observar que sua proposta vai além do biológico, abordando, no tema Orientação Sexual, o conceito de que a sexualidade é fundamental na vida e que tem relação direta com suas vivências e com as informações oriundas de meios de comunicação (BRASIL, 1998).

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL 1998, p. 287).

A proposta do PCN (BRASIL, 1998) se baseia numa concepção biopsicossocial da sexualidade e interacionista do desenvolvimento e da aprendizagem. Por isso, entende que a função da escola é compartilhar informações e incentivar que os/as estudantes problematizem os tabus, crenças e valores relacionados à sexualidade, não sendo os temas ligados à sexualidade e ao gênero assuntos intimamente invasivos. Ao contrário, são assuntos importantes de serem debatidos na escola.

Para além disso, consideram a interseccionalidade uma abordagem teórica necessária para o debate dos assuntos ligados à sexualidade e ao gênero. Raça, gênero e classe social são categorias sociais que se entrelaçam e constroem diferentes realidades sociais. Por isso, os PCN (BRASIL, 1998), em seus temas transversais do terceiro e quarto ciclo de ensino, defendem que sexualidade, gênero, raça e classe é assunto da escola. Isso porque a modificação de cenários e questões referentes à erradicação do trabalho infantil, a mobilização contra as discriminações de gênero, de raça e idade nas relações de trabalho, a defesa dos direitos especiais das pessoas com deficiências, dentre outros, são temas que importam à sociedade e à comunidade escolar.

Pena (2019) concorda com a defesa de que falar de sexualidade e gênero é compromisso da escola e do Ensino de Ciências. Nas palavras da autora,

Nosso entendimento a respeito da Educação em Sexualidade é uma ampliação da definição feita por Figueiró (2006a, p.38-39), que a caracteriza como “toda ação ensino-aprendizagem sobre a Sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual” (p. 23-24).

Nesse contexto, o Ensino de Ciências “(...) deve implicar em uma atuação docente capaz de



problematizar tabus, mitos, preconceitos e atitudes discriminatórias (...)” (PENA, 2019, p. 23).

Neste trabalho, entendemos que a sexualidade está presente desde que nascemos até quando morremos, sendo a sua construção envolta em aprendizagens, práticas, diferentes contextos sociais e culturais, sendo assim, mostra-se como um processo inacabado (LOURO, 2008), não necessariamente está associada ao ato sexual, mas sim à vida do indivíduo, com seus sentimentos, emoções e prazeres. PENA (2015) define sexualidade como um componente indissociável da identidade do ser humano, que pode ser compreendido em suas múltiplas dimensões, assim como em uma abordagem dialógica, a construção da sexualidade de um indivíduo sofre influências sobre o ambiente em que ele está inserido.

Como Define Maia, (2014):

Sexualidade é o nome que damos para o aspecto da vida humana que inclui as sensações corpóreas e subjetivas que envolvem, também, as questões emocionais. Claro que não dá para separar a emoção, a razão, a cognição e as questões sociais, o que torna a sexualidade um conceito abrangente, que diz respeito a várias manifestações e não somente a sexo (p.2).

Ou seja, a sexualidade é um fenômeno inerente ao ser humano. Não pode ser retirada de nós. Faz parte de quem somos e como vivemos. No entanto, por se tratar de um tabu social, as escolas têm receio de tratar esse assunto (LOURO, 2008; PENA, 2015; 2019; UNESCO 2018).

Os estereótipos, preconceitos e concepções do senso comum tendem a se confrontar com os conceitos científicos nas aulas de Ciências (PENA, 2015). A força das crenças pode emudecer a ciência, dificultando, cada vez mais, a construção de debates fundamentados sobre a sexualidade. Para que haja mudanças é preciso uma formação docente pautada na reflexão e na ação. Para Pena (2015; 2019), o processo formativo na área da Educação em Sexualidade deve vislumbrar o diálogo e a problematização das crenças desdobradas em tabus, estereótipos, evoluindo para preconceito e discriminação.

Para ocorrer uma educação em sexualidade que seja eticamente engajada com a transformação social que necessitamos, a ação educativa deve se fundamentar em intervenções pautadas no diálogo:

Assim, como indicam inúmeras experiências pedagógicas, a abordagem da sexualidade no âmbito da educação precisa ser clara, para que seja tratada de forma simples e direta; ampla, para não reduzir sua complexidade; flexível, para permitir o atendimento a conteúdos e situações diversas; e sistemática, para possibilitar aprendizagem e desenvolvimento crescentes. Será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar, ou reafirmar, concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu

próprio código de valores (BRASIL, 1998, p. 307).

Como componente do conceito complexo sexualidade, o tema gênero, também, deve ser ensinado de forma a permitir a reflexão, haja vista a sua própria definição. Por gênero, entendemos a construção social do ser humano quanto a sua identidade, que envolve os papéis sociais que se assume nas interações interpessoais com os outros com quem convive (PENA, 2015).

Quando nascemos, os nossos órgãos genitais determinam o que somos, quais papéis sociais assumir e o que deve ou não se fazer, trata-se de uma questão social, separando o que é do sexo masculino e do sexo feminino. Logo, a construção social sobre o que seria gênero começa a se construir antes mesmo de nascermos.

Nesse contexto, perguntamo-nos: como, nós, docentes, podemos abordar o tema gênero? Os/As educadores/as, que são sujeitos sociais, possuidores de uma cultura pessoal (MADUREIRA; BRANCO, 2012; 2015), construída a partir das diferentes interações sociais no contexto onde vivem, têm a missão de refletir e problematizar suas convicções individuais, para oportunizar espaços formativos que, também, permitam a reflexão e a problematização por parte de seus/suas estudantes.

O ambiente escolar encontra-se atrelado à realidade social, isso implica dizer que, aqueles conteúdos trazidos para a escola, precisam ter ligação com as vivências dos/as educandos/as que, muitas vezes, são permeadas por crenças, preconceitos, experiências de discriminação e diferentes tipos de violência (SOUZA; BRITO; MELLO; CAIXETA, 2018; SOUZA; ROCHA, 2020).

Neste trabalho, nosso foco foi a investigação de desafios que docentes de Ciências enfrentam na mediação da aprendizagem dos temas sexualidade e gênero. Por isso, a partir de agora, vamos apresentar resultados de pesquisas que demonstram quais têm sido os desafios que os/as docentes de Ciências têm enfrentado em sua atuação. Tais desafios puderam ser agrupados em quatro categorias: i) concepção de sexualidade e gênero; ii) sentimentos; iii) recursos de ensino; iv) resistência da família e v) formação profissional. A seguir, apresentaremos informações adicionais sobre cada categoria:

#### i) Concepção de sexualidade e gênero

Cada ser possui uma visão própria do mundo, baseada em suas experiências, percepções, nível

de acesso à informação, dentre outras variáveis. Para os educadores, não seria diferente.

No que tange à concepção de gênero, a pesquisa de Souza, Mello e Caixeta (2018) mostrou que: “do ponto de vista das concepções, os/as professores/as [de Ciências e Biologia] explicaram que gênero se relaciona ao sexo biológico ou a práticas sexuais” (p. 151).

Sobre sexualidade, a pesquisa de Barbosa (2015) demonstrou mais avanço que no que tange à concepção de gênero. Sobre sexualidade, a maioria dos docentes de Ciências se posicionou favorável a uma concepção biopsicossocial.

Na pesquisa de Molina e Santos (2018, p. 1159), ficou clara a concepção normativa, guiando a atuação pedagógica de docentes no Ensino de Ciências e Biologia: “ (...) deduzimos que existe uma normatividade a definir condutas para a constituição da sexualidade de meninos e de meninas. Assim, os/as professores/as seriam agentes morais sobre como seus/suas alunos/as devem se posicionar sexualmente no mundo.”

Portanto, temos verificado que a concepção de sexualidade e gênero tem interferência no processo de compreensão e de atuação dos/as docentes na sala de aula.

## ii) Sentimentos evocados na atuação

A disciplina de ciências é importante para a produção de cultura e subjetividade (LOURENÇO; MENDONÇA, 2021). No que se refere ao ensino dos temas sexualidade e gênero, as pesquisas de Barbosa (2015), Souza et al. (2018) e Molina e Santos (2018) evidenciam sentimentos associados à mediação da aprendizagem.

Barbosa (2015) identificou sentimentos como vergonha e constrangimento. Esses sentimentos foram percebidos pelos docentes como típicos tanto neles, enquanto docentes, quanto nos/as estudantes da turma. Por isso, também, os/as docentes afirmam optar por aulas que tratem o aparelho reprodutor e as Infecções Sexualmente Transmissíveis, porque outras temáticas são mais difíceis.

Pena (2019) também destaca que muitos sentimentos são evocados quando da mediação da aprendizagem dos temas sexualidade e gênero. Por isso, é importante uma atuação dialógica, que valoriza a voz de cada pessoa, bem como o exercício da solidariedade.

É sabido, hoje, que tão importante quanto os aspectos físicos, são aqueles assuntos inerentes

ao desenvolvimento psicológico, à identidade, ao ser, onde a sexualidade será parte integrante de um processo gradativo de desenvolvimento.

### iii) Recursos de ensino

Diversos são os recursos para ensinar gênero e sexualidade. Souza, Brito, Mello e Caixeta (2018) descreveram um projeto interventivo na área de Educação em Sexualidade, a partir da interseccionalidade entre gênero e raça, na qual os recursos de ensino foram essenciais para gerar diálogo entre os/as participantes do projeto. No entanto, As próprias autoras e o próprio autor, bem como Barbosa (2015) e Pena (2019) explicam que os recursos de ensino para a mediação da aprendizagem dos temas gênero e sexualidade costumam ser escassos e, muitas vezes, são usados inapropriadamente.

Os professores precisam dominar, com segurança, esses meios auxiliares de ensino, conhecendo-os e aprendendo a utilizá-los. O momento didático mais adequado de utilizá-los vai depender do trabalho docente prático, no qual se adquirirá o efeito traquejo na manipulação do material didático. Há nas livrarias manuais de Didática e/ou Práticas de Ensino que descrevem pormenorizadamente os meios auxiliares de ensino, aos quais se pode recorrer por ocasião da elaboração do plano de ensino e plano de aula (LIBÂNEO, 1990, p. 173).

O recurso didático mais conhecido é o livro, disponibilizado para as escolas, e, posteriormente, passados para docentes e discentes. Veloso (2019) caracteriza o livro didático como um artefato cultural, expondo suas vantagens e desvantagens no seu uso, que, muitas das vezes, contém termos antiquados e comunica uma concepção sexista, racista e normativa da sexualidade e do gênero. Por isso, Pena (2019) é categórica no que tange à problematização do livro didático como recurso de ensino. Ele precisa ser analisado enquanto conteúdo e concepção.

A falta de materiais disponíveis para o ensino dos temas gênero e sexualidade normaliza cada vez mais concepções de gênero e sexualidade que são passadas de geração a geração, enraizando a heteronormatividade e pensamentos androcêntricos.

Nas palavras de Molina e Santos (2018, p. 1155), temos:

essa questão implica na construção da sexualidade de adolescentes meninas e meninos em conflito com as normas pré-estabelecidas, quando a vida escolar, atravessada pela prática curricular, pode influenciar no “engessamento” da sexualidade a uma única forma de existência, de modo a culminar na vivência de outras formas como problemáticas.

#### iv) Resistência da família

Pena (2015; 2019), Barbosa (2015), Molina e Santos (2018) e Souza, Mello e Caixeta (2018) destacam que um importante desafio do ensino dos temas sexualidade e gênero na escola tem sido a resistência de mães, pais e demais familiares em apoiar a mediação da aprendizagem desses temas. Para algumas famílias, a Educação em Sexualidade é função delas e não das escolas.

Barbosa (2015) também destacou o enfrentamento de valores da família, inclusive, relacionados a crenças religiosas.

#### v) Formação profissional

Alves e Chaves (2007 *apud* LOPES, 2014) apontam as lacunas na formação docente como sendo um dos grandes empecilhos para trabalhar o tema sexualidade. Para que o ensinar aconteça, não seria necessário que os/as docentes fossem especialistas no assunto sexualidade e gênero. Contudo, é de suma importância a criação de ambientes propícios ao diálogo e momentos de construção e reconstrução do conhecimento com os/as estudantes para o processo de ensino-aprendizagem.

Souza, Mello e Caixeta (2018) evidenciaram que os/as docentes de Ciências e Biologia, quando tiveram processo formativo na graduação, ele foi concebido em uma perspectiva normativa da sexualidade: biológica e higienista.

Essa falta de formação adequada evoca constrangimentos, medos, vergonha, além de dificuldades para encontrar materiais com cunho pedagógico e com abordagens próprias para a sala de aula e grande preocupação com a utilização de palavras e expressões (BARBOSA, 2015; PENA, 2019; SOUZA; MELLO; CAIXETA., 2018).

É preciso uma formação docente que capacite o docente à utilização de uma abordagem de ensino que permita aos/às estudantes se sentirem confortáveis em participar do debate e tirarem suas dúvidas sobre a sexualidade, sem medo de julgamento por parte dos demais.

Assim, faz-se necessário, para essa pesquisa, compreender as dificuldades no processo de ensino,

as adaptações realizadas, a visão dos/as docentes em relação à gênero e sexualidade, além de compreender como a falta destes conteúdos influenciam na vida do discente, pela percepção dos/as docentes.

### **3. METODOLOGIA**

Para esta pesquisa, a metodologia mais adequada foi o enfoque qualitativo, que se fundamenta na investigação dos significados dos fenômenos para as pessoas que os vivem. Portanto tratam-se de informações interpretativas, que podem ser desenvolvidas a partir de suas ocorrências.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), a metodologia qualitativa possibilita que a pesquisa tenha profundidade de significados, maior contextualização dos fenômenos estudados.

A técnica de pesquisa utilizada para a coleta de dados foi questionário. Trata-se de uma técnica composta por indagações investigativas, conduzidas ao público alvo da pesquisa, para adquirir informações sobre o que é estudado. Neste caso, os/as docentes terão a oportunidade de emitir suas opiniões sobre cada pergunta, sem interferência da pesquisadora.

“Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc” (GIL, 1999, p. 124).

Para esta pesquisa, construímos um questionário online, a partir da plataforma Google Drive, por meio do recurso Forms. O formulário do questionário foi composto por dezesseis perguntas. Elas foram elaboradas a partir do objetivo da pesquisa e, também, da literatura estudada. De forma mais detalhada, o formulário do questionário é composto por nove perguntas sobre gênero e sexualidade dentro da sala de aula, e outras sete perguntas para a descrição da amostra.

O formulário do questionário encontra-se no seguinte link: [https://docs.google.com/forms/d/1kqEQAWiTmm\\_zF62nQxmg9lpJrzDjETJ3ilISWKEYaaA/edit](https://docs.google.com/forms/d/1kqEQAWiTmm_zF62nQxmg9lpJrzDjETJ3ilISWKEYaaA/edit).

Para atendimento das normas éticas, a primeira questão do formulário foi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, conforme pode ser visto na figura 1. Este documento tem o objetivo de esclarecer ao/à participante o objetivo da pesquisa, o método e, também, os direitos ao anonimato e à desistência, bem como o caráter voluntário da participação e o uso posterior das

respostas.

Figura 1: Mostra o TCLE utilizado na pesquisa.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -

Eu, Sâmela Victória Marques Sampaio, estudante do curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Faculdade UnB Planaltina, estou realizando uma pesquisa que tem por objetivo identificar as dificuldades que docentes de Ciências percebem ao mediar conteúdos relacionados aos temas sexualidade e gênero na escola. Esta pesquisa tem a orientação da Professora Juliana Eugênia Caixeta.

Para a realização da pesquisa, usarei esse questionário.

Esclarecemos que a sua participação nesta pesquisa é voluntária. Portanto, você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo para você. Asseguramos que seu nome não será divulgado em hipótese alguma e que os dados obtidos serão analisados coletivamente.

Explicamos que o uso posterior dos dados está vinculado à publicação de livros e artigos sobre o tema da pesquisa e, também, como fundamento para a elaboração de espaços diversificados e de políticas públicas no âmbito da formação e atuação docente no contexto do Ensino de Ciências.

Qualquer informação adicional ou esclarecimentos acerca deste estudo poderá ser obtido junto às pesquisadoras, pelos e-mails [samella-victoria@live.com](mailto:samella-victoria@live.com) ou [eugenia45@hotmail.com](mailto:eugenia45@hotmail.com).

Para que participe desta pesquisa, necessitamos de seu consentimento. Para isso, escolha a opção que melhor representa seu desejo. Desde já, agradecemos.

Sim, estou ciente do objetivo e método. Quero participar da pesquisa.

Não desejo participar da pesquisa.

Fonte: Autora.

Ao todo, participaram dez docentes da educação básica, que lecionam Ciências na etapa final do Ensino Fundamental. Seis professoras (60%) que se identificam com o gênero feminino e quatro professores (40%) que se identificam com o gênero masculino. Quanto à formação, cinco docentes são formados/as em Ciências Naturais, quatro em Ciências Biológicas e um(a) professor(a) tem mestrado. Infelizmente, em sua resposta, esse/a docente não identificou qual era a sua formação inicial. Todos/as os/as participantes trabalham no ensino regular, sendo seis em escolas da rede pública e quatro da rede privada de educação.

Os dados foram analisados a partir da técnica análise de conteúdo, proposta pela autora Bardin (2011). Após o processo de análise, definimos categorias. As categorias agrupam significados que

são semelhantes nas diferentes respostas, seguindo uma lógica de pensamento e organização dos dados coletados.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados estão organizados em cinco categorias que se complementam: categoria 1 - concepção de sexualidade e gênero; categoria 2 - atuação docente; categoria 3- ensino de gênero; categoria 4 – dificuldades e categoria 5- consequências da ausência.

A seguir, apresentamos cada categoria, com análises teóricas e baseadas nos dados da pesquisa.

##### Categoria I: “Concepção de sexualidade e gênero”

A concepção expressa a visão dos(as) professores(as) sobre sexualidade e gênero.

- Quanto à concepção de sexualidade, percebemos que ela está relacionada a diferentes significados: i) expressão de desejo sexual e ii) uma integração de diferentes aspectos do ser humano.

Considerando o total de docentes, 60% deles/as demonstraram predominância da associação sexualidade a desejo sexual, como pode ser visto no trecho do questionário a seguir.

*“Por quem se sente atração sexual. (Heterossexual, bissexual, pansexual, homossexual, assexual...)”* (Trecho do Questionário de Docente P1).

*“Entendo que é algo que expressamos para o mundo, que sentimos desejos sexuais de acordo com um padrão que temos”* (Trecho do Questionário de Docente P2).

E 40% dos/das docentes expressaram a sexualidade como um fenômeno biopsicossocial:

*“A sexualidade é resultado de fatores biológicos em interação com fatores emocionais, sociais e afetivos que integram cada ser humano.”* (Trecho do Questionário de Docente P3).



*“Entendo como tudo aquilo que somos capaz de sentir e expressar”* (Trecho do Questionário de Docente P4).

Ao listar essas definições propostas pelos/as docentes, é perceptível que há uma relação entre a parte biológica e psicológica na maioria das respostas. Esse resultado combina com a pesquisa de Barbosa (2015) e demonstra que pode estar havendo avanços no que tange a concepções docentes sobre sexualidade, ou seja, como um conjunto de aspectos que integram o ser humano com a sua vida social. Ou seja, o termo biopsicossocial está diretamente relacionado à compreensão que os/as professores/as têm sobre o tema sexualidade.

Segundo a autora Pena (2015), a sexualidade é parte indissociável do indivíduo, ou seja, estamos em constante desenvolvimento, desde quando nascemos até a terceira idade.

- A concepção de gênero apresentou conceitos políticos, pela menção a movimentos sociais, como o feminismo, que questiona a relação causal que ocorre entre o sexo biológico e a atuação social de seres femininos e masculinos.

Segundo as autoras Louro (2008) e Braga (2009), o sentido da concepção de gênero está relacionado com fatores sociais, históricos, espaciais e econômicos, excluindo a hipótese que apenas o sexo biológico é determinante, ajustando, assim, pessoas a um padrão existente. Dessa forma, a visão de neutralidade é imposta socialmente, sendo universal e imutável.

Considerando as respostas, temos que 20% dos/as docentes conceberam gênero como uma categoria social de classificação dos seres humanos. Nessas respostas, nós não notamos uma menção às relações de gênero, que é o principal fenômeno de construção dos gêneros (LOURO, 2008; SOUZA; MELLO; CAIXETA, 2018; SOUZA; BRITO; MELLO; CAIXETA, 2018).

*“Gênero com que a pessoa se identifica (Homem/mulher/travesti/trans/cis...)”* (Trecho do Questionário de Docente P5).

*“É aquilo se pode diferenciar entre o sexo masculino e feminino”* (Trecho do Questionário de Docente P6).

De todas as respostas, destacamos aquela de P7, por enfatizar em sua resposta, o conceito de

relações.

*“Gênero está relacionado às relações intrínsecas que cada pessoa tem com a própria sexualidade e seu posicionamento social”* (Trecho do Questionário de Docente P8).

Poucas foram as respostas que congregam gênero e sexualidade.

(...) O gênero é necessariamente atravessado por relações de poder, tendo suas expressões permitidas ou reprimidas de acordo com os padrões vigentes no grupo em questão. Já o sexo, apesar do argumento de que ele estaria sempre ligado aos marcadores biológicos, torna-se impossível pensá-lo separado de gênero. Os modos como podemos enxergar em uma pessoa as características sexuais passam necessariamente pelos aspectos culturais do que comumente se entende como ser homem ou ser mulher. (MIRANDA; SILVA, 2018. p.871).

Categoria II: “Atuação Docente”

Nesta categoria, organizamos duas subcategorias: i) temas e ii) atuação pedagógica, ou seja, a ação pedagógica intencional de mediação da aprendizagem sobre sexualidade e gênero.

i) Temas

Segundo a BNCC (BRASIL, 2017), o ensino de ciências tem como contexto integrador os temas gênero e sexualidade, sendo considerado um tema de relevância social, além do conhecimento de si próprio como indivíduo. Assim, os/as docentes participantes indicaram que os seguintes temas devem fazer parte do Ensino de Ciências: sistemas reprodutores, puberdade na adolescência, ensino para a diversidade, infecções sexualmente transmissíveis e formas de prevenção, gravidez, respeito a cada indivíduo, órgãos genitais, anatomia, relações interpessoais e direitos individuais.

Organizando melhor, percebemos que há temáticas relacionadas à composição biológica do ser humano (60% das respostas), por exemplo: sistemas reprodutores; mas, também, temáticas sócio-sociais (40% das respostas), como: puberdade, diversidade, relações interpessoais e direitos individuais.

Esse resultado é interessante e parece demonstrar que os/as docentes, apesar da BNCC

(BRASIL, 2017), têm contemplado temáticas psicológicas e sociais nas aulas de Ciências sobre Gênero e Sexualidade, aproximando os temas do previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

*“Acredito que seja fundamental, considerando-se a perspectiva ensino-aprendizagem como processo dinâmico e interativo, desenvolver temas tais como importância da autoestima e consciência dos próprios valores; respeito próprio e respeito ao outro, conhecimento sobre a própria morfologia e anatomia, dando aos órgãos sexuais igual importância à toda a fisiologia integral”.* (Trecho do Questionário de Docente P9).

## ii) Ação Pedagógica

Quando consideramos a práxis como ação inerente ao trabalho pedagógico, tanto a teoria quanto a prática atuam juntas para maior sucesso da mediação da aprendizagem com os/as alunos/as. Nesta categoria, apresentamos a atuação pedagógica dos/as docentes.

A análise demonstrou que, assim como indicado pelos PCN (BRASIL, 1998), e por Pena (2015; 2019), Barbosa (2015), Molina e Santos (2018), Souza, Mello e Caixeta (2018) e Souza, Brito, Mello e Caixeta (2018), os/as docentes, em maioria, desenvolvem uma ação pedagógica pautada no diálogo com seus/suas estudantes.

Há descrição, nas respostas, de orientações quanto ao respeito à cultura individual (60% das respostas); de ações que valorizaram o interesse dos/as estudantes (30% das respostas) e, também, de incômodos experienciados (80% das respostas).

*“Primeiro defino o tema a ser trabalhado, pois sexualidade é um assunto amplo, explico o objetivo da aula. Esclareço que não entrarei em particularidades relacionadas a religiões ou a questões peculiares de cada família. Deixo claro, antes de qualquer abordagem que " A única coisa que qualquer ser humano quer em qualquer lugar do mundo é ser aceito", esse desejo vai desde a pessoa que faz questão de ficar em silêncio e, aparentemente imperceptível até quem se veste ou se porta de maneira mais exótica, que cabe a cada um de nós contribuir para que tenhamos uma convivência social mais harmônica, que POSSO PENSAR DIFERENTE E DEVO RESPEITAR O JEITO OU O POSICIONAMENTO DO OUTRO.*

*Depois, entro no tema. Trabalho textos, músicas previamente selecionados e até sugestões que a própria aula pode trazer, redirecionando o planejamento a depender da condução”. (Trecho do Questionário de Docente P10).*

*“Trabalhei no 8 ano um conteúdo voltado para a Puberdade que englobava métodos contraceptivos. Foi uma experiência ótima pois vi o interesse e a participação ativa dos alunos sobre o tema, fizemos uma aula de debates e todos relataram as suas experiências e opiniões”. (Trecho do Questionário de Docente P1).*

*“Já trabalhei no EJA. Muito interessante, os alunos levam a sério, fazem perguntas interessantes e levantam questões que eu tive que pesquisar. Muitos ficaram incomodados com as imagens de algumas ISTs e acho que esse desconforto foi positivo”. (Trecho do Questionário de Docente P2).*

*“Sim, era uma aula voltada ao público masculino, na qual foram priorizados os temas prevenção às DST e métodos anticoncepcionais e de planejamento familiar. Basicamente se tratou das relações heterossexuais”. (Trecho do Questionário de Docente P3).*

Esplendor (2009) e Braga (2009) defendem que, para se conduzir esse tema, é necessário uma intencionalidade para atingir a equidade, respeitando todos os corpos e espaços. Os papéis sociais são definidos por uma lógica heteronormativa, voltada sempre para o benefício dos homens, cis héteros e brancos, em detrimento ao lugar de fala de mulheres e outras minorias sociais (MOLINA; SANTOS, 2018). Por isso, destacamos a preocupação dos/as docentes da pesquisa com o diálogo e com a menção à diversidade e ao respeito.

Quando falamos que a escola é um ambiente para a reflexão, criticidade e lugar emancipatório, estamos nos referindo sobre a ação que os/as educadores/as têm ao lidar com adversidades que estão presentes na vida dos seus/das suas estudantes, ou seja, é uma via de mão dupla, uma relação horizontal, onde tanto o/a docente quanto o/a discente estão em constante processo de aprendizagem.

Sobre isso, Santana, Messias e Pinho (2021) apresentam, como constatação de uma revisão sistemática sobre as produções científicas ligadas ao gênero e sexualidade nas escolas, que a intervenção pedagógica tem papel fundamental na abordagem de temas transversais, que se

conceituam em tópicos voltados para a compreensão humana sobre a sua realidade social e seus direitos e deveres, tanto de forma coletiva, como de forma individual do sujeito.

“Destaca-se a necessidade de avançar os debates sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar e investir em capacitação docente objetivando a transformar padrões heterossexuais e binaristas presentes nas escolas, visando promover uma cultura de prevenção às violências no ambiente escolar” (SANTANA; MESSIAS; PINHO, 2021, p.1).

### Categoria III: “Ensino de Gênero”

Esta categoria apresenta as respostas dos/as docentes quanto à mediação da aprendizagem de temas relacionados ao gênero. Essa categoria foi criada, considerando que os temas relacionados ao gênero têm sido mais difíceis de serem mediados no ensino de ciências (SOUZA; MELLO; CAIXETA, 2018; BARBOSA, 2015).

O gênero é uma construção social e cultural que, na escola, acaba sendo tabu e pode trazer resistência tanto por parte de docentes quanto de discentes e seus familiares (SOUZA; MELLO; CAIXETA, 2018; BARBOSA, 2015).

Nesta pesquisa, percebemos que as dificuldades quanto à mediação dos temas relacionados ao gênero se referem a: i) atual contexto político do Brasil, que tem sido de valorização de uma concepção normativa e bio-higienista da sexualidade e do gênero (SILVA, 2022); ii) tabus e iii) discriminação de gênero, conforme pode ser lido nos excertos a seguir.

*“Sim. À época, infelizmente, um posicionamento político da atual gestão do país gerou polêmica e ódio entre os adolescentes. Entrei em uma turma e, mal intencionado, um aluno me perguntou “Professora, de qual cor a senhora gosta mais, rosa ou azul?” Olhei bem para os olhos dele, com firmeza e carinho, e respondi “da cor da sua alma, para mim, todas as cores do arco-íris são lindas e por isso, ele é tão belo, não há divergência entre as cores, só harmonia. O importante é a gente cuidar da cor da própria alma, pois, tendo a certeza de quem a gente é, a gente respeita o outro. Cada um de nós é coração que toca outra alma e é isso que verdadeiramente importa. Posso ajudá-lo em algo mais? Ele mudou o tom, ficou reflexivo e respondeu “Não, professora, obrigado. Penso que discussões sobre gênero podem surgir nas aulas quando não planejamos esse tema e devemos aproveitar*

*oportunidades para que isso seja algo natural e não um tema necessariamente isolado”.* (Trecho do Questionário de Docente P4).

*“Também já trabalhei, um tema que infelizmente é bem delicado por possuir alguns tabus entre os alunos, mas ministrei as aulas focando no respeito que os alunos devem ter por todos os tipos de gêneros e que isso não afeta em nada no modo em como tratar as pessoas”.* (Trecho do Questionário de Docente P5).

*“Sim, já trabalhei no EJA na turma que tinha um indivíduo trans os colegas aceitaram com mais facilidade e compaixão. Na outra turma houve muitas piadinhas e "brincadeiras”.* (Trecho do Questionário de Docente P6).

*“Gênero é um tema que hoje em dia precisamos ter, além de conhecimento, muita compaixão. Por vezes, ao explicar certo assunto não nos colocamos no lugar e podemos oferecer alguém”.* (Trecho do Questionário de Docente P7).

#### Categoria IV: “Dificuldades”

No questionário aplicado, pedimos para que os/as professores/as fizessem uma síntese de suas maiores dificuldades ao se lecionar sobre sexualidade e gênero. As respostas podem ser organizadas em torno do conceito de violência, mais especificamente, como violência da escola (40% das respostas) (CHARLOT, 2002; SOUZA; BRITO; MELLO; CAIXETA, 2018) e discriminação de gênero (SOUZA; BRITO; MELLO; CAIXETA, 2018) (30% das respostas).

A violência da escola é um conceito criado por Charlot (2002) e vamos usá-lo, considerando o contexto de ensino dos temas sexualidade e gênero como fizeram Souza, Brito, Mello e Caixeta (2018). A violência da escola acontece toda vez que a escola, enquanto instituição, oprime sua comunidade. No caso desta pesquisa, a violência da escola apareceu, quando coordenação e direção sugerem ou impedem que docentes falem sobre os temas gênero e sexualidade e/ou impedem que eles/as usem recursos didáticos para facilitar a mediação da aprendizagem, como pode ser lido nos trechos a seguir:

*“Tive uma situação desagradável: quando um dos coordenadores me viu*

*dando a aula sobre sexualidade e sugeriu para que eu lecionasse isso de uma forma mais simples, sem muitas complexidades. Senti que foi uma forma de impedir que eu desse esse tipo de conteúdo”. (Trecho do Questionário de Docente P8).*

*“Levei uma caixa de educação sexual com modelos de pênis e vacinas, camisinhas cartilhas sobre prevenção e a diretoria pediu que eu não a utilizasse”. (Trecho do Questionário de Docente P9).*

Souza, Brito, Mello e Caixeta (2018) identificaram discriminação de gênero em mediações da aprendizagem relacionadas aos temas gênero e sexualidade na pesquisa que fizeram. A discriminação de gênero identificada neste trabalho se caracterizou como uma agressão, ou seja, uma ação deliberada de humilhação do outro, por características que essa pessoa possui; agressão essa empreendida por pares.

*“A aula era sobre sistema reprodutor masculino, e quando falei sobre o órgão reprodutor masculino (pênis) os meninos começaram a brincar e falar que o de aluno A era pequeno, e toda a sala começou a brincar com esse aluno que ficou bastante triste e o clima ficou bem pesado para ele, no final, tive de dar uma bronca e pedir pra pararem com as gracinhas”. (Trecho do Questionário de Docente P10).*

Como demonstra os dados coletados, a missão docente encontra várias barreiras ao se tratar sobre gênero e sexualidade, sejam elas impostas pelos membros das escolas ou até mesmo por parte dos/as estudantes.

Pensando nas relações de poder, entende-se que as posturas adotadas pela equipe escolar ao tratar de temas de diversidade, como gênero e sexualidade, são decisórias para efetivar no ambiente escolar uma cultura de respeito e a valorização das diferenças existentes. As/os docentes são o centro de comunicação com os discentes ao estabelecerem interações cotidianas que envolvem fatores biopsicossociais na escola, incluindo gênero e sexualidade. Também a/o gestor/a escolar exercem hierarquicamente um papel de fundamental importância junto a sua equipe administrativa, docente e toda a comunidade escolar (estudantes, pais, movimentos sociais) (SANTANA; MESSIAS; PINHO, 2021. p. 3).

Segundo Borges, Passamani, Ohlweiler e Bulsing (2011), o próprio ambiente escolar é propício para estudantes e professores/as praticarem atos nocivos para com outros indivíduos, deixando clara a grande dificuldade que esses sujeitos têm ao lidar com a diversidade. Ou seja, a ação pedagógica, em Educação em Sexualidade, numa perspectiva biopsicossocial, se centra no reconhecimento e valorização da diversidade de corpos e jeitos de ser e atuar no mundo. Portanto, problematiza tabus, preconceitos e ações discriminatórias (PENA, 2019).

Além disso, a Educação em Sexualidade é tema transversal, que deve ser de interesse de e trabalhado por diretores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, docentes, discentes, mães/pais e demais familiares, enfim, toda a comunidade escolar precisa se envolver.

#### Categoria V: Consequências da Ausência

Oliveira, Miranda e Silva (2018) explicam que a propensão da retirada dos debates sobre gênero e sexualidade está baseada em um conjunto de fatores, como religião, preconceitos, diferentes orientações sexuais, crenças e tabus. A ausência da Educação em Sexualidade numa perspectiva biopsicossocial torna a escola cada vez mais vulnerável, dando espaço para a falta de informações e atitudes discriminatórias, como certas “brincadeiras” por parte dos/as discentes, e até docentes, sobre as diferentes formas de ser e atuar no mundo.

Nessa pesquisa, 100% dos/as docentes enunciaram que há consequências, quando a escola e o/a docente não abordam a Educação em Sexualidade na escola e nas aulas.

Considerando as respostas dos/as participantes da pesquisa, temos que as consequências são sobre: i) desinformação (40% das respostas); ii) intolerância (20% das respostas) e iii) violência (20% das respostas).

*“Sem essas aulas, sem o conhecimento sobre seus corpos e seus desejos, estaremos diante de um aumento no nível de adolescentes grávidas, da evasão escolar, da violência contra grupos minoritários, de doenças sexualmente transmissíveis, dentre várias outras coisas”.* (Trecho do Questionário de Docente P1).

*“Com certeza. A escola é um espaço de aprendizagem para se viver em sociedade. Quando não ensinamos sobre respeito e tolerância à diversidade, não damos oportunidade aos alunos de se formarem socialmente como pessoas tolerantes e respeitadas quanto às diversidades existentes na nossa sociedade”.* (Trecho do Questionário de Docente P2).

*“Com certeza! É na escola que temos um dos principais momentos de socialização e assim, aprendemos a respeitar a todos”.* (Trecho do Questionário de Docente P3).

*“Com certeza, pois quando não falamos sobre esse tema, acaba que deixa*



*brecha para a falta de informação ou até mesmo informação errada”.*  
(Trecho do Questionário de Docente P4).

A Educação em Sexualidade, numa perspectiva biopsicossocial, permite contextos de ensino que provocam discursos de respeito à diversidade, ao corpo e espaço do próximo, à individualidade e à inclusão (MOLINA; SANTOS, 2018). Vemos, nas respostas dos/as docentes, o compromisso do Ensino de Ciências com uma abordagem educacional que favoreça a alfabetização científica, ou seja, a capacidade desses/as estudantes problematizarem a realidade e tomarem decisões com base em informações científicas (BRASIL, 2017).

O Ensino de Ciências comprometido com o desenvolvimento crítico discute os conhecimentos do senso comum sobre sexualidade e gênero. Problematiza crenças e favorece jovens e adolescentes a questionarem modelos rígidos de comportamento, que são discriminatórios e excludentes. Com essa proposta, o diálogo se faz presente, ofertando, cada vez mais, possibilidades de reflexão e autorreflexão sobre os posicionamentos de si. Esse processo educativo tende a gerar oportunidades de desenvolvimento da autonomia de forma que esses sujeitos da escola sejam seres pensantes, críticos e capazes de se expressar e serem respeitados por seus posicionamentos (PENA, 2015; 2019; BARBOSA, 2015; MOLINA; SANTOS, 2018; OLIVEIRA; MIRANDA; SILVA, 2018; SOUZA; MELLO; CAIXETA, 2018; SOUZA; BRITO; MELLO; CAIXETA, 2018).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa teve por objetivo conhecer os desafios que os/as docentes que lecionam Ciências enfrentam para mediar conceitos relacionados à sexualidade e ao gênero em sala de aula atualmente. Para fazê-la, desenvolvemos um questionário que foi respondido por dez docentes da Educação Básica do Distrito Federal.

Apesar de a pesquisa desejar investigar os desafios, encontramos, nas respostas dos/as docentes participantes, avanços que são necessários destacar: i) maior frequência da concepção biopsicossocial relacionada à sexualidade e ao gênero, quando comparadas com pesquisas anteriores, no contexto do Ensino de Ciências; ii) utilização de nomes adequados à contemporaneidade no que se refere às identidades de gênero; iii) compromisso do Ensino de Ciências para uma atuação cidadã e uma postura crítica com relação à diversidade de gênero e iv) temas alinhados a uma concepção

biopsicossocial da sexualidade e do gênero.

Professores e professoras da educação básica, participantes dessa pesquisa, têm que gênero é como o indivíduo se expressa no mundo sendo essa expressão de diversas formas diferentes. Apesar de terem certa dificuldade para conceituar sexualidade e gênero, a análise dos dados foi evidenciando que a maioria dos/as docentes participantes compreende a Educação em Sexualidade a partir de uma perspectiva biopsicossocial e tem clareza de que ela é essencial para o combate à discriminação, para a difusão de informações científicas e para o respeito às individualidades na diversidade.

Por outro lado, percebemos que os desafios para ensinar Gênero e Sexualidade não têm sido mais aquelas dificuldades tradicionais: falta de formação; recursos de ensino, mas, para esses/as docentes, as dificuldades estão na violência da escola, quando impede a utilização de recursos didáticos ou boicota aulas sobre as temáticas do Gênero e Sexualidade, e nas agressões que os/as estudantes cometem em sala de aula. Esse é um resultado que precisa ser destacado nessa pesquisa e alvo de reflexão por toda a comunidade escolar e universitária, afinal, trata-se de uma violência que tende a manifestar controle sobre o processo educativo, especialmente, no que se refere à Educação em Sexualidade.

A Educação em Sexualidade, a partir da concepção biopsicossocial, facilita a construção das aprendizagens dos/as discentes, pois temas que são considerados tabus sociais, podem ser trabalhados como prioridade, pois a escola é um lugar de formação integral da pessoa humana. Nesse sentido, quando coordenadores/as e diretores/as escolares, assim como vimos nas respostas de alguns/algumas docentes, interferem em como o processo educativo deve ocorrer na mediação da aprendizagem dos temas gênero e sexualidade, percebemos um ato de violação da legislação brasileira, que garante autonomia docente e a Educação em Sexualidade nas escolas. Essa ação de podar a atuação docente, pela parte administrativa da escola, favorece que opiniões pessoais e atitudes violentas estejam acima dos direitos dos/as estudantes. Essa é uma ação que sufoca os currículos oficiais e ignora o compromisso dos/as profissionais da escola com uma formação integral e promotora de cidadania.

Em suma, o conteúdo de gênero e sexualidade deve ser tratado como um tema científico, em uma lógica de inclusão de pessoas em sua totalidade. Toda forma de expressão e de existência deve ser compreendida como parte da sua construção de identidade da pessoa e, por isso, deve ser respeitada. Educação em Sexualidade não é ensino sobre padrões de corpos e comportamentos. Não

é sobre ensinar crianças e adolescentes a praticarem atos sexuais. É um processo educativo que ensina sobre ser no mundo, sobre compreender a si e ao outro e as diferentes relações que se pode tecer nos diferentes encontros sociais, considerando corpo, emoções, identidades e relações sociais complexas. É sobre reconhecer a diversidade como inerente ao ser humano.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Renato Lopes. Dificuldades e facilidades do ensino de sexualidade: o que pensam os professores de Ciências Naturais. 2015. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais)—Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2014.

BARBOSA, L. P. Gênero e Sexualidade em uma escola pública do município de São Paulo: entre desafios, dificuldades e motivações. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2022.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 70 ed - São Paulo: Distribuidor no Brasil: LIVRARIA MARTINS FONTES, 2011.

BRASIL. base Nacional Comum Curricular. BNCC em PDF. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 3 abr. 2022.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. PCN em PDF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Revista Sociologias, ano 4, n. 8, p 432- 443, jul./dez. 2002 .Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf> >. Acesso em: 10 nov. 2013.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria De Estado De Educação. Currículo em movimento ensino fundamental anos finais. Disponível em: [https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Curriculo-em-Movimento-Ens-Fundamental\\_17dez18.pdf](https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Curriculo-em-Movimento-Ens-Fundamental_17dez18.pdf). Acesso em: 3 abr. 2022.

ESPLENDOR, E.V. dos.S.; BRAGA, E. R. M. CONDUCTAS PEDAGÓGICAS SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA ESCOLA. Anais do SIES - Simpósio Internacional de Educação

Sexual da UEM 2009. Maringá. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2009/109.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FREITAS, C. J. de; MORAIS, J. de F. dos S; BAIÃO, J. C. Questões de gênero e sexualidade na escola: narrativas docentes. *Revista Tempos e espaços em educação*, v. 13, n. 32, p. 1-15, 4 mar. 2020.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, J, C. Didática. São Paulo: Cortez, 1990.

Lourenço, S., & Melo de Mendonça, V.7. (2021). LIMITES E RESISTÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, 7(20). Recuperado de <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2824>

LOURO, G. L. *Corpos Que Escapam*. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS Mesa-redonda nº58 – Eixo temático 7 – Educação, Infância e Juventude, 2008.

MAIA, A.C.B. Sexualidade e educação sexual. Curso de Pós-Graduação em Educação Especial. Módulo: Educação Especial e Inclusiva. Acervo Digital da Unesp. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita" Filho, Bauru, 2014.

MADUREIRA, A. F. do. A; BRANCO, A.U. Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Professores/as. Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Professores/as. *Temas em Psicologia* [en línea]. 2015, 23(3), 577-591 [fecha de Consulta 14 de Septiembre de 2022]. ISSN: 1413-389X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751492005>.

MOLINA, A. M. R.; SANTOS, W. B. Educação Sexual e currículo de ciências/biologia: desafios à prática docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1149–1163, 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.n3.2018.9530. Disponível em: <https://periodicos.fc.lar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9530>. Acesso em: 11 set. 2022.

OLIVEIRA, A. M. de; MIRANDA, M. H. G. de; SILVA, M. A. M. P. da. Questões de gênero e sexualidade no espaço público educacional tendo como eixo de debate a disciplina de ensino religioso em escolas de Recife. *Revista: educação temática digital*, Campinas, SP [864] v.20 n.4 p. 864-886 out./dez. 2018.

PENA, A. L. Narrativas autobiográficas e formação de educadores sexuais. 2015. N. (137 f.). Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Programa de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, 2015.

PENA, A. L. “Verdade... Mentira ... jogo de esconde esconde... tudo se esconderá”?!

Por uma formação inicial em Educação em Sexualidade Inclusiva no Ensino de Ciências. 2019. ( 66 f.). Projeto de Qualificação (Doutorado em Educação em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Universidade de Brasília, 2019.

SAMPIERI, Roberto H. COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del Pilar B. Metodologia de Pesquisa . [São Paulo]: Grupo A, 2013. 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 26 abr. 2022.a

SANTANA, C. G. de; MESSIAS, F. R; PINHO, M. J. S. Gênero, sexualidade e escola: o que e quem tem pesquisado na educação básica? Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE), v. 1, n. 1, p. 1 - 17, dez. 2021.

SILVA, F. V. da. O INCÔMODO DAS “LETRINHAS”: FLUXOS E CONTRAFLUXOS DO DEBATE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL. Revista Docência e Cibercultura. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 117-133, jan. 2022.

SIQUEIRA, T. C. B.; NETTO, A. M. de. L. Análise da educação sexual do Brasil e Portugal A partir de documentos oficiais. Protestantismo em Revista. São Paulo, v. 44, n. 02, p. 176-195, jul./dez. 2018.

SOUZA, D. C. A. de; BRITO, A. M. M. C. e; MELLO, T. M; CAIXETA, E.C. Gênero, raça e outras interseccionalidades no contexto escolar inclusivo. Investigação Qualitativa em Educação. v. 1, 2020 Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1703/1655>. Acesso em: 14 set. 2022.

SOUZA, D. C. A. de .; MELLO, T. M. .; CAIXETA, J. E. . Transexualidade: a invisibilidade na atuação docente em ciências e biologia. **Ciências em Foco**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9900>. Acesso em: 12 set. 2022.

VELOZO, E. M; BANDEIRA, A. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. Dez, 2019.

